

O IMPACTO TRANSFORMADOR DO COOPERATIVISMO NO MERCADO FINANCEIRO: VANTAGENS, DESAFIOS E RESULTADOS

Gustavo Rodrigues de Paula Pereira¹
Reidene de Oliveira Silva²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto das cooperativas de crédito no contexto do mercado financeiro, destacando sua contribuição para a inclusão de desbancarizados no sistema financeiro nacional e para a possibilidade de acesso ao crédito por parte de indivíduos e pequenas empresas. A pesquisa foi embasada em revisão bibliográfica e análise de dados provenientes de fontes como a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Cooperativas de Trabalho e Serviços (ABRACOOOP), o Banco Central do Brasil e estudos acadêmicos relacionados ao tema. Os resultados indicam que as cooperativas de crédito desempenham um papel significativo na inclusão financeira, permitindo que a população desbancarizada tenha acesso aos serviços bancários e compreenda o funcionamento do sistema financeiro. Além disso, as cooperativas proporcionam oportunidades de financiamento para indivíduos e pequenas empresas, impulsionando o crescimento econômico local. Verificou-se também que as cooperativas atuam como um suporte financeiro para as empresas, permitindo que enfrentem crises econômicas e evitando a inadimplência. Neste contexto, o artigo apresenta uma análise abrangente do impacto das cooperativas de crédito, destacando a inclusão financeira, o acesso ao crédito e o apoio financeiro às empresas. Os resultados obtidos demonstram a importância dessas instituições no mercado financeiro, ressaltando a relevância do cooperativismo como alternativa econômica e social. A pesquisa contribui para a compreensão dos benefícios proporcionados pelas cooperativas de crédito e sugere a continuidade de estudos nessa área, visando aprimorar ainda mais o papel dessas instituições na promoção do bem-estar econômico e social.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito. Inclusão financeira. Acesso ao crédito. Mercado financeiro. Desbancarizados. Pequenas empresas.

¹ Graduação em Administração pela Universidade de Cuiabá – UNIC é especialista em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG. Atualmente é aluno da Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas turma Cuiabá. E-mail: gustavordepaula@icloud.com.

² Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pela FUCAPE Business School, mestrado em Ciências Contábeis e Administração pela FUCAPE Business School, mestrado em Engenharia de Produção pela UFRGS, é professor orientador do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas turma Cuiabá | E-mail: reidene.oliveira@icoop.edu.br

1. INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito têm exercido um papel de destaque no cenário financeiro há mais de um século, desempenhando um papel de significado significativo, especialmente no Brasil, onde imigrantes de origem alemã, holandesa, italiana e polonesa introduziram e consolidaram a prática cooperativista (COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, 2021). Tais organizações oferecem uma ampla gama de serviços financeiros, abrangendo desde capital de giro e folha de pagamento até auxílios e contas correntes, tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO, 2021).

O cooperativismo, enquanto forma de organização social, visa fomentar uma sociedade mais justa, livre e democrática, almejando proporcionar rendimentos dignos aos seus membros (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020). A solidariedade emerge como pilar fundamental do cooperativismo, ancorada em práticas de auxílio mútuo e em terapêuticas e humanísticas que buscam harmonizar custos, despesas e ganhos (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2021). Tal abordagem permite que o aspecto econômico seja canalizado para o alcance de objetivos sociais, beneficiando tanto os membros cooperados quanto a coletividade em geral (FREITAS et al., 2019).

Os princípios doutrinários das cooperativas conferem características distintas a tais entidades, uma vez que os direitos de controle não se vinculam ao montante de capital investido (em consonância com o princípio "um homem, um voto") e em virtude da natureza de uma organização que perscruta objetivos mais amplos do que a mera maximização de lucros. A finalidade primordial da cooperativa reside na melhoria do bem-estar dos seus associados. Noutras palavras, a abrangência dos objetivos cooperativistas está intimamente entrelaçada com as metas individuais de cada membro ou parceiro (COOK, 1995).

À medida que os membros se tornam mais heterogêneos, os propósitos da organização ganham maior abrangência. Frequentemente, as cooperativas são confundidas com organizações sem fins lucrativos, negligenciando-se a verdade de que os resultados financeiros constituem uma condição necessária, porém não suficiente, para elevar o bem-estar dos associados. Este problema é exacerbado pelo fato de que, no contexto cooperativista, o excedente anual é denominado 'desperdício' ao invés de lucro (COOK, 1995).

As cooperativas de crédito exercem um papel de culto no mercado financeiro, conferindo uma alternativa às instituições financeiras tradicionais. No âmbito brasileiro, essas entidades possuem uma trajetória longa e representam uma receita substancial do sistema

financeiro. Conforme dados do Banco Central do Brasil, ao termo de 2021, as cooperativas de crédito agregaram mais de 11 milhões de associados e um patrimônio com valor superior a R\$ 300 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003). Além disso, as cooperativas de crédito se destacam por sua atuação em regiões geograficamente menos atendidas pelas instituições financeiras, confiantes para a inclusão financeira e o desenvolvimento regional (BRASIL COOPERATIVO, 2020).

Estas cooperativas testemunham de uma ampla diversidade de serviços financeiros, englobando créditos, investimentos, seguros e produtos de pagamento, atendendo às necessidades financeiras tanto de empresas quanto de indivíduos. Ao adotar o princípio "um homem, um voto", as cooperativas de crédito enaltecem a participação e o engajamento dos associados na tomada de decisões, promovendo a transparência e a democracia interna (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO, 1971).

Nesse sentido, as cooperativas de crédito desempenham um papel crucial ao fornecer serviços financeiros acessíveis, fortalecendo a economia local e estimulando a inclusão financeira no mercado brasileiro. Diante deste contexto, o presente estudo se propõe a analisar o impacto das cooperativas de crédito no cenário do mercado financeiro, realçando sua contribuição para a inclusão de indivíduos não bancarizados no âmbito do sistema financeiro nacional e para a viabilização do acesso ao crédito por parte de pequenas empresas e pessoas físicas.

O tema foi escolhido pela relevância das cooperativas de crédito para as questões sociais e pela tentativa de equilibrar seus resultados em benefício da sociedade. Ao mesmo tempo, essas instituições buscam se destacar no mercado financeiro, apresentando um modelo de gestão inovador que não considera apenas a questão econômica, mas tem como principal objetivo o impacto social na comunidade em que atua (FRANKE, 1973).

O artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção é apresentação da metodologia, seguindo com apresentação da fundamentação teórica, com exposição dos conceitos e definições identificados sobre as cooperativas de crédito e seu impacto econômico e social, seguindo dos resultados e discussão, com análise dos dados obtidos. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa e sugestões de estudos futuros.

2. METODOLOGIA

O presente artigo adotou uma abordagem metodológica de pesquisa bibliográfica documental e descritiva, fundamentando-se em diversos autores. A condução da pesquisa

envolveu a leitura, análise e interpretação de obras literárias, buscando embasar um estudo teórico sobre o papel das cooperativas de crédito como agentes de desenvolvimento local.

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel essencial, permitindo não apenas a resolução de problemas, mas também a fundamentação para pesquisas de laboratório e de campo (documentação direta). Como pressuposto, tal pesquisa requer a exploração aprofundada da questão que se pretende analisar e resolver. Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica é frequentemente considerado o primeiro passo em direção à pesquisa científica (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Uma característica fundamental da pesquisa bibliográfica é fornecer ao pesquisador uma base teórica adquirida, confiante para a expansão do conhecimento e cultivar sua habilidade como leitor para a coleta de dados e informações. Assim, a revisão da literatura desempenha um papel crucial na construção de fundamentos teóricos, comparações e validação do trabalho. Essa revisão abrange a consulta a artigos, teses, livros didáticos e dissertações que abordam temas como cooperativismo, cooperativas de crédito, operações financeiras e desenvolvimento local (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Em relação à profundidade do estudo, a abordagem é considerada explicativa, uma vez que busca analisar e correlacionar aspectos relacionados ao fenômeno em estudo. Para respaldar o objetivo proposto, os instrumentos de coleta de dados adotados foram a experiência e vivência do autor da pesquisa, aliados à revisão bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2010).

A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise abrangente e crítica da literatura existente sobre o papel das cooperativas de crédito como agentes de desenvolvimento local. A seleção dos materiais para a revisão bibliográfica foi realizada com base em critérios de conversão e atualidade, visando abordar os principais aspectos relacionados ao tema.

Foram consultadas diversas fontes, incluindo artigos científicos publicados em periódicos especializados, teses, dissertações e livros didáticos que discutem o cooperativismo, as cooperativas de crédito, o papel de intermediários financeiros e o impacto no desenvolvimento local. Uma abordagem teórica buscou compreender as bases conceituais, os princípios cooperativistas, os modelos de atuação das cooperativas de crédito e os efeitos socioeconômicos em âmbito local.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa também contorna com a experiência e vivência do autor no contexto das cooperativas de crédito, proporcionando um

enriquecimento qualitativo à análise. A análise dos dados coletados ocorreu por meio de uma triangulação entre as informações extraídas da literatura e as perspectivas empíricas do autor.

Vale ressaltar que, devido à natureza teórica deste estudo, não foram coletados dados primários diretamente dos participantes ou de fontes externas. Em vez disso, a pesquisa concentrou-se na síntese, interpretação e modificação das informações transmitidas por meio da revisão bibliográfica e da experiência do autor.

Por meio desta abordagem metodológica, o presente estudo buscou aprofundar a compreensão do papel das cooperativas de crédito como promotoras de desenvolvimento local, explorando as bases teóricas e as práticas práticas dessa relação. Assim, este estudo é simplificado na seção de Resultados e Discussão, onde os principais insights e descobertas são analisados à luz do embasamento teórico e das perspectivas do autor.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Cooperativas e o cooperativismo de crédito

O cooperativismo configura-se como um dos mais abrangentes movimentos sociais e psicológicos registrados na história global. A doutrina cooperativa, com mais de três séculos de conhecimento acumulado, congrega atualmente cerca de 800 milhões de membros, distribuídos por todos os continentes.

O empreendimento do que hoje é designado como "Cooperativa" remonta a 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale em Manchester (Inglaterra), onde 284 tecelões estabeleceram a "Society of Honest Pioneers of Rochdale". Esse coletivo se desenvolveu por meio da economia mensal de uma libra, realizado por cada participante durante um ano, visando apresentar uma alternativa econômica em contraposição ao mercado capitalista da era da Revolução Industrial. Após arrecadar £ 28 em um período de 12 meses, esses trabalhadores fundaram uma pequena cooperativa de consumo no chamado "beco do sapo", o que modificou os padrões de estudos da época e inaugurou o movimento cooperativista. Essa corporação evoluiu para a *Rochdale Cooperative*, historicamente considerada a primeira cooperativa formal do mundo, foi estabelecida (COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL E NO MUNDO, 2021).

No contexto brasileiro, a estruturação das cooperativas de crédito foi fortemente influenciada e influenciada pela Igreja, desenvolvendo-se ao longo de várias fases. A primeira fase, de caráter germânico, teve seu início em 28 de dezembro de 1902, na comunidade gaúcha de Nova Petrópolis, na linha imperial. Originalmente chamada de "Caixa de Economia

e Empréstimos Sociedade Cooperativa de Amstad", essa cooperativa evoluiu para "Caixa Rural de Nova Petrópolis" e, após diversas transformações, assumiu a forma de "cooperativa de crédito com entrada gratuita para associados". A "Sicredi Pioneira RS", pioneira da Serra Gaúcha, originou-se nessa cooperativa, fundada por um grupo de membros da comunidade, sobretudo produtores rurais. Essa iniciativa foi liderada pelo padre suíço Theodor Amstadt, imigrante que estava conhecendo com o modelo alemão de Friedrich Wilhelm Raiffeisen. O modelo adotado baseava-se em depósitos de baixa remuneração, ilustrando a natureza inclusiva dessa forma de organização. Um aspecto germânico dessa abordagem vai além da nomenclatura – “*Sparkasse Amstad*” –, pois seus estatutos foram redigidos em alemão (GREGORINI, 2014).

Nos anos anteriores, era incomum que as cooperativas de crédito desempenhassem o papel central de instituição financeira para seus usuários, considerando especialmente o perfil conservador prevacente entre esses usuários, que tradicionalmente optavam por instituições bancárias. Entretanto, entre os anos de 2011 e 2012, houve uma mudança de postura, manifestando no crescimento quantitativo dos recursos administrados por essas cooperativas. Esses números a se equiparar às instituições públicas, quase alcançando as instituições privadas. Esse fenômeno ocorreu para uma insatisfação com os serviços oferecidos por instituições bancárias tradicionais, abrindo espaço para que as cooperativas explorassem seu potencial de atuação (MATIAS et al., 2014).

Inicialmente, as cooperativas de crédito concentravam-se majoritariamente no segmento rural. Essa abordagem visava unir essa classe, evitando o mau uso de recursos médicos e buscando condições de financiamento mais vantajosas para fomentar o crescimento econômico regional. Sob essa abordagem de justiça financeira e desenvolvimento local, as cooperativas afirmam seu compromisso em servir ao bem comum (SILVA, JUNIOR; 2012).

De acordo com Pinheiro (2002), as cooperativas de crédito são classificadas em três categorias: as cooperativas individuais, que fornecem serviços diretos aos associados; as cooperativas centrais, que resultam da fusão das cooperativas individuais e visam a organizar o modo de trabalho, os serviços acadêmicos e auxiliares para essas cooperativas individuais; e as associações cooperativas, que executam atividades das afiliadas em geral, incluindo situações em que a matriz não pode oferecer suporte às afiliadas. Essas associações representam o canal entre o Banco Central e as entidades individuais, definindo a forma de atuação e garantindo o cumprimento da legislação, de forma a promover uma abordagem econômica sustentável no negócio.

As cooperativas de crédito são reconhecidas pela associação de pessoas, conforme Santos (2017), que desempenham o papel tanto de usuários quanto de "donos" da cooperativa. Isso ocorre por meio da adesão livre e intencional, que concede a esses membros direitos e deveres, tais como o direito de voto igualitário independente do capital investido e a participação na gestão da cooperativa. Esses benefícios incluem o atendimento diferenciado, a distribuição das sobras ao final de cada período social e a promoção de investimentos na comunidade, além de uma gestão democrática e educação financeira tanto para os cooperados quanto para a população em geral.

Segundo Silvestro (2011, p. 23), ao fim do ano, quando os excedentes são distribuídos, “ao contrário das empresas com fins lucrativos, eles são devolvidos aos associados na proporção das transações que obtiveram com a cooperativa, onde é decidida a distribuição do lucro líquido aos acionistas”. O capital social representa o somatório das cotas dos sócios, confiante para as atividades econômico-financeiras da instituição.

O funcionamento das cooperativas baseia-se na captação de recursos por meio da adesão de novos cooperados, o que fortalece sua capacidade de capitalização. A impossibilidade de acrescentar benefícios e privilégios aos acionistas com base na porcentagem das ações impede que o capital social de cada acionista determine sua influência nas assembleias, não conferindo vantagens financeiras aos que possuem maior investimento (SILVESTRO, 2011).

Conforme Santos (2017) ressalta, o principal propósito das cooperativas é fornecer apoio financeiro e serviços aos associados, equilibrando adequadamente os interesses das partes envolvidas. Esse propósito visa atender às necessidades de financiamento do público, tornando-o menos dependente de outras instituições financeiras, sejam públicas ou privadas.

Dessa forma, o ideal cooperativista tem emergido no mercado financeiro como um veículo fundamental para atender a grupos marginalizados e carentes de serviços bancários e acesso ao crédito. Esses grupos incluem mutuários, pequenos empresários e produtores rurais, dentre outros. Santos (2017, p. 13) destaca que, por meio desse ciclo, “observa-se o estímulo à alocação de recursos públicos e privados nas comunidades onde as cooperativas estão presentes, proporcionando benefícios tanto aos cooperados quanto à comunidade, ao promover o desenvolvimento econômico e estimular um maior fluxo de recursos na economia local”.

A legislação regulamentando essa categoria encontra-se na Lei 5.764/71, que define a natureza jurídica da sociedade constituída em nome fiduciário para prestar serviços aos sócios. No Brasil, as regulamentações possíveis e mais abrangentes com leis como a Lei

4.595/64 – Reforma Bancária de 1964; a Lei 5.764/71 – Lei Brasileira das Cooperativas; a Lei Complementar 130/2009 – Lei 5.764/71; a Resolução 3.859/10 - CMN; e a Resolução 920/01 – que trata de aspectos contábeis específicos das cooperativas em geral (SILVESTRO, 2011).

3.2 Importâncias das cooperativas de crédito para o crescimento do mercado

As cooperativas de crédito demonstram profundo interesse por suas comunidades, uma vez que trabalham para promover o desenvolvimento sustentável por meio de políticas aprovadas por seus membros (NORONHA, 1976).

O empreendedorismo cooperativo, fundamentado em seus valores e princípios, possui permissão para se autodenominar a iniciativa socioeconômica de caráter comunitário mais autônomo, sendo uma característica intrínseca. A relação entre cooperativa e coletividade local é magnética, gerada em atração mútua. Por exemplo, as cooperativas de crédito são frequentemente reconhecidas como as instituições financeiras da comunidade (PUTMAN, 1996).

Nesse contexto, é inegável que as cooperativas tenham a responsabilidade de promover o desenvolvimento equilibrado das comunidades e o bem-estar de seus habitantes, incluindo seus associados. Esse compromisso não é compartilhado por outros agentes médicos, como os bancos. As cooperativas devem, portanto, considerar as características sociais e a vocação econômica local, desenvolvendo soluções comerciais e apoiando ações humanitárias. Em resumo, seu foco deve ser a melhoria contínua da qualidade de vida das pessoas dentro de sua área de atuação (GREGORINI, 2014).

É crucial enfatizar que o compromisso das cooperativas com a comunidade exige o apoio a projetos e soluções sustentáveis, tanto do ponto de vista econômico quanto social e ambiental. Além disso, a exploração mercantilista, representada por práticas abusivas de precificação de soluções para membros e outras pessoas da comunidade, é rejeitada. O lucro não é o objetivo das cooperativas; elas buscam margens modestas para reinvestir e fortalecer suas operações (CLEMENTE, 2019).

De acordo com Santos (2017), as cooperativas de crédito são consideradas instituições financeiras, mantidas como intermediadoras de crédito ao facilitar e simplificar o acesso ao crédito para grupos com recursos limitados, que não conseguiram acesso a vantagens específicas. As atividades de empréstimo das cooperativas são financiadas por depósitos de poupança realizados pelos membros, que criaram um vínculo comum de associação, muitas vezes de natureza geográfica ou ocupacional.

As cooperativas de crédito, ao eliminarem as complexidades burocráticas e promoverem a participação ativa dos cooperados, estabelecem uma abordagem mais inclusiva e democrática no sistema financeiro. Através de sua atuação, essas cooperativas fomentam a cooperação, a solidariedade e a confiança mútua, aspectos que são fundamentais para o fortalecimento das comunidades locais e para a promoção de um desenvolvimento econômico e social mais equitativo e sustentável.

No cenário atual, as cooperativas de crédito desempenham um papel crucial como agentes impulsionadores do desenvolvimento local e regional. Sua ênfase na comunidade e sua natureza cooperativa como facilitadas na busca por soluções financeiras acessíveis e adaptadas às necessidades específicas de seus membros e das comunidades em que participam. Essa abordagem destacou o potencial de melhorar as condições de vida das pessoas, gerar a geração de empregos e estimular a atividade econômica em áreas que muitas vezes são negligenciadas pelas instituições financeiras.

Em conclusão, as cooperativas de crédito representam um modelo de instituição financeira que vai além do lucro, priorizando o bem-estar das comunidades e de seus associados. Por meio de princípios cooperativos e ações orientadas para o desenvolvimento local, essas cooperativas desempenham um papel crucial na promoção da inclusão financeira, na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento das economias locais. Seu compromisso com a equidade e a responsabilidade social as coloca em posição de destaque como atores fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

3.3 Impacto econômico e social do cooperativismo

O cooperativismo desempenha um papel significativo no fomento do desenvolvimento local, uma vez que assegura a reinserção dos recursos dentro das próprias comunidades. Em outras palavras, o excedente fornecido é reintegrado à sociedade, sendo reinvestido no ambiente local, o que contribui para o enriquecimento da cidade. Além disso, as cooperativas de crédito possuem a autonomia necessária para adaptar suas políticas de crédito à realidade das regiões onde estão encerradas, permitindo-lhes gerenciar de maneira mais eficiente as demandas específicas de cada localidade, ao mesmo tempo em que respeitam os recursos e potencialidades socioeconômicas. Isso resulta na geração de renda e na criação de oportunidades que beneficiam diretamente a própria comunidade.

É importante ressaltar que as cooperativas não buscam se instalar apenas em áreas mais prósperas ou em municípios com as melhores condições de ingestão. Ao contrário, elas não excluem as pequenas cidades. Em cerca de 10% das comunidades do Brasil e para

numerosos grupos de trabalhadores, as cooperativas representam as únicas instituições financeiras capazes de atender suas necessidades de maneira adequada, disponibilizando uma gama diversificada de operações e serviços. Essa abordagem contribui para a promoção da inclusão financeira e, ao mesmo tempo, impulsiona o desenvolvimento econômico local (MEINEN, 2014). Segundo Alexandre Tombini (REVISTA SICCOOB, 2011, p 24):

A importância do cooperativismo de crédito para o país concentra-se nos objetivos de prover e ampliar a oferta de serviços financeiros, fomentando assim a promoção da inclusão financeira e do desenvolvimento regional. Consequentemente, contribui também para a melhoria da qualidade e redução dos custos da atividade de intermediação financeira.

Em uma instituição bancária, mesmo aqueles que pertencem a segmentos privilegiados e utilizam os serviços destinados a pessoas de alta renda, recebendo tratamento especializado para investimentos substanciais, permanecem na condição de clientes. Por outro lado, nas cooperativas, independentemente do grau de reciprocidade, todos são reconhecidos como proprietários e são tratados como tal em todas as instâncias. Essa é a distinção crucial, uma vez que o nível de preocupação e envolvimento é profundamente distinto tanto para o cooperado quanto para a própria cooperativa, uma vez que a gestão está sob responsabilidade dos proprietários. Qualquer feedback sobre a qualidade do serviço, sugestão de aprimoramento ou mesmo a insatisfação com as expectativas por parte dos usuários nas cooperativas resultam em ações imediatas, demandando atenção especial por parte dos administradores para abordar essas questões da forma mais eficaz possível. Por outro lado, nos bancos, frequentemente se limita a uma mera manifestação de protesto, sem, em muitos casos, alcançar resultados elevados (RODRIGUES; ROCHA, 2020).

Caso os recursos de uma localidade e os investimentos feitos por cidadãos e empresas sejam direcionados às cooperativas de crédito em vez dos bancos, ocorre uma redistribuição direta e focalizada desses recursos na própria região. Tal fenômeno possui tanto no ambiente econômico quanto no social, uma vez que estimula a geração de renda e aumenta o poder de compra da população, consequentemente promovendo um incremento no consumo. Esse consumo ampliado reflete no aumento do faturamento das empresas, à medida que expandem suas operações e criam novas oportunidades de emprego. Além disso, à medida que o consumo cresce, a arrecadação de impostos também se eleva, confiante para o fortalecimento das finanças governamentais. Essa capacidade ampliada de investimento do governo em setores como infraestrutura, educação, segurança pública e outros projetos de desenvolvimento socioeconômico amplificam a capacidade produtiva e promovem a geração

de novas riquezas. Em síntese, a atuação das cooperativas de crédito efetivamente aprimora a qualidade de vida da população da região em que operam (RODRIGUES; ROCHA, 2020).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão dos desbancarizados no sistema financeiro nacional foi efetivada por meio do Sicoob, proporcionando à pequena população de Santa Rosa pleno acesso ao segmento bancário e um entendimento mais amplo sobre o funcionamento do sistema financeiro. Atualmente, os habitantes possuem contas bancárias, realizam transações e investem seu dinheiro, que antes era mantido em espécie sob o colchão. Além disso, houve uma modernização do comércio local, com a utilização de maquininhas de cartão e a disponibilidade de vendas a prazo. A necessidade de uso de dinheiro físico diminuiu significativamente, uma vez que a maioria dos moradores já realiza transações financeiras eletronicamente.

A possibilidade de pessoas que não tinham acesso a crédito adquirirem bens e serviços por meio de financiamento bancário teve um impacto positivo nas pequenas empresas da cidade. A concessão de empréstimos permitiu a expansão dos negócios e o aumento da renda, resultando no desenvolvimento econômico em larga escala. Essas empresas puderam contratar mais funcionários e aumentar suas receitas, injetando dinheiro na economia local e fortalecendo a cidade como um todo.

De forma geral, observa-se que a cooperativa desempenhou um papel fundamental na organização financeira, atendendo ao principal objetivo buscado em uma instituição financeira. As cooperativas foram um suporte financeiro para as empresas, proporcionando-lhes um respiro durante esse momento de crise aparente. Caso não tivessem adotado medidas em conjunto com a cooperativa, poderiam ter enfrentado dificuldades financeiras e até mesmo comprometer a sobrevivência dessas empresas.

Diante desses resultados, fica evidente o impacto econômico e social da chegada das cooperativas às cidades. O desenvolvimento regional ocorreu gradualmente, e a população passou a ter pleno acesso às transações financeiras, demonstrando a efetividade do cooperativismo ao promover a inclusão e a praticidade para a comunidade. A cidade prosperou, e os negócios expandiram-se graças aos recursos alocados dentro da própria comunidade, consolidando efetivamente o papel do cooperativismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente o impacto transformador que o cooperativismo tem exercido no mercado financeiro. As cooperativas de crédito surgiram como uma alternativa viável para aqueles que se sentiam excluídos dos serviços bancários tradicionais, proporcionando uma forma de ajuda mútua entre pessoas com interesses sociais e econômicos semelhantes. A presença dessas cooperativas tem se expandido por todo o país, abrangendo diversos setores e regiões, incluindo áreas rurais, médicas e empresariais.

Uma das vantagens do cooperativismo de crédito é a inclusão financeira de comunidades que anteriormente não tinham acesso aos serviços bancários. Isso tem resultado em um aumento proporcional na qualidade de vida da população, impulsionando o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais. Além disso, as cooperativas têm se mostrado como uma alternativa sólida para a obtenção de crédito, permitindo que aqueles que antes não tinham acesso a financiamentos adquiram bens e serviços, promovendo o crescimento de pequenas empresas e estimulando a economia local.

No entanto, é importante destacar que o cooperativismo também enfrenta desafios. A consolidação e expansão dessas instituições requerem um ambiente regulatório favorável, além de uma governança eficiente e uma gestão sólida. A garantia da transparência, da sustentabilidade financeira e do cumprimento das normas legais são fundamentais para a credibilidade e o crescimento contínuo das cooperativas de crédito.

Diante dos resultados apresentados, podemos concluir que o cooperativismo de crédito tem se mostrado uma alternativa promissora e eficaz no mercado financeiro brasileiro. Seu impacto transformador é evidente, proporcionando inclusão financeira, fortalecimento econômico e desenvolvimento local. As vantagens oferecidas por esse modelo cooperativo superam os desafios enfrentados, demonstrando seu potencial de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, é necessário um contínuo aprimoramento e incentivo por parte dos órgãos reguladores e governamentais para fortalecer o cooperativismo de crédito e maximizar seus benefícios para a população. A promoção de políticas e programas de apoio, a disseminação de informações sobre as vantagens desse modelo e a conscientização sobre sua importância são medidas essenciais para impulsionar ainda mais o crescimento e a consolidação do cooperativismo de crédito no mercado financeiro brasileiro.

REFERÊNCIAS:

ABRACOOP – **Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Cooperativas de Trabalho e Serviços**. Disponível em: <http://www.abracoop.com.br>. Acesso em: 20.04.2023.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. 2021. **O que é o Cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ica.coop/pt/o-que-e-o-cooperativismo>. Acesso em: 20.04.2023.

AMARAL FILHO, Jair. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14, dez. 1996.

ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DOS BANCOS COOPERATIVOS (**European Association of Cooperative Banks - EACB**). Disponível em: <http://www.cooperativismodecredito.com.br/EACBAssociacaoEuropeiradeBancosCooperativos.html>. Acesso em: 20.04.2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 3106**. Brasília, 2003.

BITTENCOURT, Gilson A. **Cooperativismo de crédito solidário: constituição e funcionamento**. São Paulo: ADS/CUT, 2000. Disponível em: <http://www.nead.org.br>. Acesso em: 20.04.2023.

BRASIL COOPERATIVO. **Cooperativismo de Crédito no Brasil: História, Evolução e Atualidade**. Disponível em: <https://www.brasilcooperativo.coop.br/noticia/cooperativismo-de-credito-no-brasil-historia-evolucao-e-atualidade>.

CNCC - Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito. **Cooperativismo de Crédito**. Disponível em: <https://cncc.org.br/o-que-e-cooperativismo-de-credito/>.

COOK, M. L. The future of U.S Agricultural Cooperatives: A Neo-Institutional Approach. **American Journal of Agricultural Economy**. 77 (December 1995): 1153-1159.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL. 2021. **História das Cooperativas de Crédito no Brasil**. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/institucional/imprensa/historia-das-cooperativas-de-credito-no-brasil/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.

CLEMENTE, Ademir; KUHL, Marcos Roberto. **Intermediação financeira no Brasil: influência da taxa de captação sobre taxa de aplicação**, 2019.

DOMINGUES, J. N; DOMINGUES, J.A. S. MEINEN, E. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO. 2021. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2021/12/federacao-nacional-das-cooperativas-de-credito-encerra-2021-com-edicao-especial-do-conecta/>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

FREITAS, H., GURGEL, F., ARAÚJO, R., & MACEDO, M. (2019). **A importância do cooperativismo como alternativa econômica e social: uma revisão bibliográfica**. Revista de Gestão e Secretariado, 10(1), 23-41.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas**. São Paulo: Saraiva, 1973.

GREGORINI, F. **Sistema financeiro nacional: uma abordagem introdutória dos mecanismos das instituições financeiras**, 1. ed, Curitiba, Editora Intersaberes, 2014.

GUIMARÃES, Roberto P. El **Desarrollosustentable: propuesta alternativa a retórica neoliberal**. In: Revista EURF. Santiago de Chile, vol. XX, nº 61, dez. 1994.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATIAS, Alberto Borges, et al. **Bancos versus cooperativas de crédito: Um estudo dos índices de eficiência e receita de prestação de serviços entre 2002 e 2012**, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, p.195-223, 2014. Acesso em: 20 mai. 2023.

MEINEN, Ênio. PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectiva e desafios**, Brasília, Editora Confabras, 2014.

NORONHA, Adolfo Vasconcelos et al. **Cooperativismo**. Curso ministrado nas Faculdades de Guarulhos: Cupolo Ltda. – Lopes de Oliveira, 1976.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 2020. **Economia Social e Solidária: Empoderamento através do trabalho decente e sustentável**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/economia-solidaria/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 20 mai. 2023.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REVISTA SICOOB. **A importância do Cooperativismo de Crédito**. São Paulo, Revista Sicoob, 2011, p58-228.

RODRIGUES, Maxwell Ramos; ROCHA, Marcio Dourado. **Impactos Sociais e Econômicos que o Cooperativismo Leva para uma Cidade de Pequeno Porte**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/16818/1/MAXWELL.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SANTOS, Maxsuel Fernandes. **Cooperativas de crédito e sua influência na economia regional**: um estudo de caso sobre a Sicoob Sertão-BA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, ano 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24513>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Curso gestão de cooperativas de crédito**. 2009, módulo 1.

SILVESTRO, Vicente. **Cooperativismo Financeiro**: da raiz ao virtual. 1ª ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

SILVA, Laércio Baptista da. JUNIOR, Antônio Guerra. As cooperativas de créditos mútuo no Brasil, **Revista Pensamentos e Realidade**, São Paulo, ano XV, v.27, n° 3/2012, p. 74-91. Acesso em: 20 mai. 2023.

TENÓRIO, Fernando G. (org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí.